

A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL EM SALA DE AULA: FORMAÇÃO DOCENTE EM DEBATE

Thiago da Silva Melo¹

RESUMO: O presente artigo tem o objetivo de trazer considerações acerca da formação de professores para a abordagem das questões étnico-raciais, com enfoque no papel da educação e na formação continuada dos professores para intervenção nas práticas pedagógicas em sala de aula, uma vez que a persistência das desigualdades sociais entre negros e brancos continua latente. Diante desse cenário de desigualdades persistem também os mais diversos estereótipos e preconceitos com relação à população negra que precisam ser desconstruídos e combatidos na escola que é o local onde ocorrem grande parte dos atos de discriminação e, portanto, também tem importante função no processo de conscientização e orientação dos alunos em seu processo de formação para a cidadania.

Palavras-chave: Formação docente; Educação; Diversidade étnico-racial.

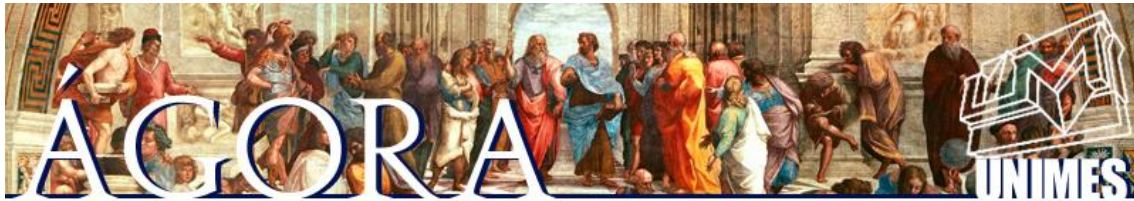
THE DIVERSITY ETHNIC AND RACIAL IN CLASSROOM: TEACHER TRAINING IN DEBATE

ABSTRACT: This article aims to bring considerations of teacher education to address the ethnic and racial issues, focusing on the role of education and continuing education of teachers for intervention in teaching practices in the classroom, since the persistence social inequalities between blacks and whites remains latent. In this scenario inequalities also persist over many stereotypes and prejudices regarding the black population that need to be deconstructed and fought at school that is where occur most of the acts of discrimination and therefore also plays an important role in the educational process and guidance for pupils in the process of training for citizenship.

Keywords: Teacher training; Education; Ethnic and racial diversity.

INTRODUÇÃO

¹ Mestrando em Geografia na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Especialização em Ensino de Geografia pela Universidade Cândido Mendes (UCAM), graduação (licenciatura plena) em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) com mobilidade acadêmica para a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Integrante do grupo de pesquisa Estudos Agrários da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, do Observatório da Questão Agrária no Paraná e do Laboratório de Análises Territoriais Campo-Cidade (LATEC) da Universidade Estadual de Londrina.



O aumento significativo do debate sobre a questão étnico-racial, em diferentes esferas e ambientes como as universidades, Congresso Nacional, Organizações não governamentais (ONGs) e escolas, tem evidenciado o preconceito e discriminação contra os negros e sua cultura, ao mesmo tempo que tem viabilizado políticas públicas afirmativas com o objetivo de combater a discriminação e a violência.

Essas políticas públicas são pertinentes na conjuntura contemporânea, pois, conforme tem revelado pesquisas recentes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a desigualdade social existente no país está relacionada à desigualdade racial, ou seja, os pobres e miseráveis no Brasil são majoritariamente negros, enquanto os ricos e a classe média são constituídos em sua maioria de brancos ou de pessoas que se identificam como tal. (HERINGER, 2002)

Já a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2009, mostra por exemplo, que 73,7% dos negros encontram-se entre os 10% mais pobres enquanto que 82,7% do 1% mais rico são brancos. Tais dados são importantes por evidenciar a correlação que há entre a variante econômica e o pertencimento racial. (DIAS; SILVA, 2012)

Os dados deixam evidente que a sociedade brasileira não conseguiu superar totalmente suas raízes escravocratas, sendo que a desigualdade continua presente no cotidiano com um indiscutível desfavorecimento à população negra.

Diante desse cenário de desigualdade racial, o movimento negro passou a lutar pela implementação de políticas afirmativas no âmbito educacional objetivando o combate ao racismo e às demais formas de discriminação, pois a escola refletindo os interesses das elites classifica os sujeitos pela classe social e etnia, o que tem sido determinante para (re) produzir e hierarquizar as diferenças, segregando da História a cultura negra e sua contribuição para o Brasil.

Particularmente na escola também se expressam os atos discriminatórios por meio de agressões físicas e/ou verbais, do isolamento e da exclusão, com as mais diversas consequências como a evasão escolar e o sofrimento, sendo comum a omissão



REVISTA ACADÊMICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS

Vol.2 – Número 2- JUL.2016

de professores e gestores da escola por falta de preparo para lidar com tais situações e até mesmo por preconceitos e estereótipos construídos no âmbito particular.

Segundo Madureira (2007, p. 389): “Preconceitos correspondem a fronteiras simbólicas rígidas, construídas historicamente e com forte enraizamento afetivo que acabam por se constituir em barreiras culturais entre grupos sociais e entre indivíduos”.

O que podemos perceber é que a escola assume um importante papel enquanto local onde ocorrem os atos de discriminação e, portanto, também tem importante função no processo de conscientização e orientação dos alunos em seu processo de formação no combate à discriminação, através de atitudes que promovam a construção de uma sociedade justa que assegure os direitos de cada cidadão.

Motivado por essas considerações preliminares, a busca por referências bibliográficas foi indispensável na tarefa de compreender a importância da inserção da temática da diversidade étnico-racial na escola como ferramenta para desconstruir preconceitos e inibir atos discriminatórios.

Um dos primeiros aspectos observados durante o processo de investigação científica para a elaboração deste trabalho foi a metodologia empregada. De acordo com Nossa (2005), esta etapa se caracteriza como um processo interligado de procedimentos, que convergem para o acesso, tratamento e emprego dos dados e informações.

Foram feitos estudo bibliográfico e levantamento de informações por meio de pesquisa em periódicos especializados na temática, livros e trabalhos publicados em anais de eventos acadêmicos, no decorrer do ano de 2015.

A importância do estudo bibliográfico está no auxílio ao delineamento e delimitação do tema da pesquisa, da seleção adequada de bases de dados bibliográficos, no uso apropriado dos conceitos e suas definições e da síntese para a escolha das obras que integram a pesquisa. (PIZZANI et al., 2012)

A leitura de obras que abordam a educação e a diversidade étnico-racial foram fundamentais na compreensão das diversas questões que serão debatidas no decorrer do



REVISTA ACADÊMICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS

Vol.2 – Número 2- JUL.2016

artigo, formando o arcabouço teórico de sustentação das argumentações e proposições que serão apresentadas.

Dessa forma, o presente artigo pretende discutir as questões étnico-raciais com enfoque no papel da educação e na formação continuada dos professores para intervenção nas práticas pedagógicas, pela necessidade da inserção dessa temática e a apreensão dos docentes sobre as políticas de ações afirmativas.

O RACISMO E A EDUCAÇÃO NO BRASIL

As teorias racialistas surgiram durante o século XVIII, influenciando na forma como os diferentes grupos humanos são percebidos pelas suas características da cor da pele que segundo Munanga foi considerada como critério fundamental e divisor de águas entre as chamadas raças, ideia presente até hoje no imaginário da população:

(...) no imaginário e na representação coletivos de diversas populações contemporâneas existem raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. E a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares (MUNANGA, 2003, p. 6)

No entanto, sabe-se que a cor da pele é definida pela maior ou menor concentração de melanina no corpo, determinado as características da pele e dos cabelos. As pessoas brancas têm menos concentração de melanina, o que define a sua cor, cabelos e olhos mais claros que a negra que concentra mais melanina e por isso tem pele, cabelos e olhos mais escuros e a amarela numa posição intermediária que define a sua cor de pele que por aproximação é dita amarela. Sendo assim, a cor da pele é um critério artificial para agruparmos “raças” distintas e hierarquizá-las.

Dessa forma, as percepções das diferenças raças pela ciência no século XVIII apesar de ainda muito presentes na justificativa de preconceitos e estereótipos não encontram fundamento biológico.

É necessário compreender que brancos e negros são iguais geneticamente, no entanto, as diferenças foram construídas ao longo da história da humanidade, através da cultura como maneira de distinguir os grupos humanos, mas, diante das relações de



REVISTA ACADÊMICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS

Vol.2 – Número 2- JUL.2016

dominação e poder, “essas diferenças foram transformadas em formas de hierarquizar indivíduos, grupos e povos. As propriedades biológicas foram capturadas pela cultura e por ela transformadas.” (GOMES, 2003, p. 76)

Essa hierarquização cria as desigualdades no que diz respeito aos indicadores relacionados à educação. A pesquisa de Munanga (2003) examina os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-2000) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Brasil, observando que os alunos negros (inclusive os pardos) eram os que mais repetiam o ano e os mais excluídos na escola quando comparado aos brancos.

Os alunos negros mais frequentemente, não só reprovavam assim como saíam da escola sem terminar as séries iniciais. Entre os alunos aprovados na 1ª série, 59% eram brancos e 41% eram negros. A evasão escolar também se mostrou mais corriqueira para os alunos negros que estatisticamente representavam o dobro comparados a alunos brancos.

Outro autor, Henriques (2002) através de seus estudos sobre as desigualdades raciais no Brasil evidencia que a taxa de indivíduos brancos com 25 anos possui uma diferença média de escolaridade de 2,3 anos maior em relação aos negros e pardos.

As diferenças de escolaridade e o preconceito contra o negro também ficam evidenciados ao analisarmos o mercado de trabalho no que diz respeito a empregabilidade e valores salariais.

Segundo o Brasil Debate, em publicação de 03 de março de 2015 com base em dados do LAESER-UFRJ, pretos e pardos – 50,7% dos brasileiros – ocupam em torno de 30% do funcionalismo brasileiro, são 17,6% dos médicos e menos de 30% dos professores universitários. Já entre os diplomatas apenas 5,9% são pretos e pardos; entre os auditores da Receita Federal 12,3%; e na carreira de procurador da Fazenda Nacional, 14,2%, esses dados mostram uma gritante desigualdade que não pode ser desconsiderada.



A taxa de rotatividade nos empregos também é maior entre a população economicamente ativa negra, cerca de 44% enquanto que a mesma taxa estava em 33,6% para pessoas brancas.

Com relação as profissões mais ocupadas pelos negros estão aquelas com as menores remunerações, como por exemplo a de empregado doméstico onde 63% dos trabalhadores ocupados são negros. Em contrapartida, brancos detêm quase 60% dos postos com e sem carteira no setor público – como militares ou funcionários no setor público. Brancos são também quase 70% dos empregadores no Brasil.

A população economicamente ativa branca possui rendimento real médio 72,8% superior à negra, se comparado a desigualdade entre o rendimento auferido pelos homens brancos e pelas mulheres negras esse percentual salta para 138,3% e as mulheres brancas auferiam rendimentos 26,2% mais elevados do que os homens negros. Na comparação anual, houve elevação de rendimentos de 1,4% para os trabalhadores brancos, e de 3,8% para os negros, o que demonstra que apesar de ainda ser gigantesca a desigualdade salarial entre negros e branco vem diminuindo.

Os dados apresentados evidenciam o abismo que distancia negros e brancos com relação à educação, essa diferença se sustenta através de diversos mecanismos inclusive intraescolares:

O fenômeno da diferença de anos de escolarização entre brancos e negros na atualidade, alguns estudos demonstram que parte do problema está associada ao racismo e à discriminação racial presentes em nossa sociedade em geral e, em especial, na instituição escolar. (SILVÉRIO, 2002, p. 240)

Alguns dos fatores responsáveis por este cenário de exclusão do negro na escola são as formas de avaliação, os livros didáticos, os conteúdos, a metodologia e a prática pedagógica que tem contribuído para que os estudantes negros no ensino básico tenham um autoconceito negativo e isso interfere nas mais diversas formas no seu desempenho na escola.



Na escola, os currículos mantêm os negros à margem da História, como se fossem invisíveis e não tivessem contribuído para a formação política, social, cultural e econômica do Brasil.

Na relação entre professores e alunos, Cavalleiro (2000) constatou a discriminação por parte dos docentes com relação aos alunos negros que recebem tratamento afetivo muitas vezes diferentes dos colegas brancos e simplesmente se calam diante da manifestação do racismo dos alunos que ocorrem mesmo das formas mais sutis:

No espaço escolar há toda uma linguagem não verbal expressa por meio de comportamentos sociais e disposições-formas de tratamentos, atitudes, gestos, tons de voz e outras-, que transmite valores marcadamente preconceituosos e discriminatórios. (CAVALLEIRO, 2000, p. 98)

Os alunos negros são inferiorizados através de xingamentos, piadas e apelidos ligados às suas características físicas, atitudes consideradas muitas vezes como meras “brincadeiras”:

Quando se trata dos traços fenotípicos, os alunos são alvos de xingamentos e humilhações, principalmente em relação às meninas negras. Elas sofrem por causa dos xingamentos em função da sua aparência. Os lábios, nariz e os cabelos crespos são motivos de ofensas, percebidos como “desarrumados” e “ruins” em função deles os estudantes negros são expostos às diferentes formas de ofensas raciais: cabelo de Bombril, Assolam, bucha de canhão. (GOMES et al, 2004, p. 11)

Esses aspectos do corpo negro, são concebidos de forma discriminatória como estratégia para atingir a autoestima dos mesmos, se configurando em uma das maneiras mais devassas da perpetuação do racismo, transformando as diferenças do corpo negro em sinais de inferioridade e feiura:

O cabelo crespo é um dos argumentos usados para retirar o negro do lugar da beleza. O fato de a sociedade brasileira insistir tanto em negar aos negros e às negras o direito de serem vistos como belos expressa, na realidade, o quanto esse grupo e sua expressão estética possuem um lugar de destaque na nossa constituição histórica e cultural. O negro é o ponto de referência para a construção da alteridade em nossa sociedade. Ele é o ponto de referência para a construção da identidade do branco. Juntamente com o índio, o negro concretiza a nossa sociedade, a nossa cultura, as nossas relações sociais, políticas e econômicas. (GOMES, 2003, p. 80)



As formas de discriminação estão presentes, inclusive, nos materiais didáticos com a desvalorização das características físicas, morais, intelectuais e culturais dos negros, colaborando com a (re) produção de preconceitos que mantêm e legitimam o imaginário social racista através de imagens e textos que são veiculados.

Nesse sentido, é fundamental que o educador promova uma pedagogia corporal em sala de aula no sentido de evidenciar a riqueza da cultura negra que perpassa pelo corpo, por meio dos penteados, das roupas e expressões corporais:

O corpo negro pode ser tomado como símbolo de beleza, e não de inferioridade. Ele pode ser visto como o corpo guerreiro, belo, atuante presente na história do negro da diáspora, e não como o corpo do escravo, servil, doente e acorrentado como lamentavelmente nos é apresentado em muitos manuais didáticos. (GOMES, 2003, p. 81)

Cabe destacar que a educação também é um dos principais mecanismos de transformação cultural de um país, e deve promover cada ser humano de maneira integral, estimulando o respeito às diferenças e as características próprias de cada sujeito e grupo social.

Os investimentos na formação de docentes com abordagens das questões étnico-raciais é algo elementar que precisa ser feito para transformar e interromper os processos discriminatórios que atuam como determinantes na trajetória escolar de insucesso de diversos alunos negros.

PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA FORMAÇÃO DOCENTE

Demonstrando a necessidade da abordagem das questões étnico-raciais na escola foi criada a lei nº 10.639 em 2003, um marco histórico, que determinou a obrigatoriedade do ensino da história da África e africanidades (incluindo os elementos culturais) no currículo, além de regulamentar o Dia da Consciência Negra como data comemorativa a ser inserida nos calendários escolares:

A publicação da Lei, juntamente com as políticas de ações afirmativas, contribui para superação gradativa da omissão da presença negra nas instituições de ensino. Problematicando a necessidade de se proporcionar espaços de discussões e vivências em que os educadores compreendam e



estejam preparados para reconhecer as relações de vida dos seus alunos.
(BRAGHINI, 2005 p. 62)

A criação dessa lei, no entanto, não ocorre por simples iniciativa do Estado, é necessário destacar as lutas antirracistas no Brasil, tomando-as como um ponto de partida na reivindicação da reestruturação da qualidade social da educação do país.

Esta lei representa, sem dúvida, um grande avanço nas políticas de valorização e reconhecimento do negro no Brasil, no entanto, sua implementação na prática, tem encontrado diversos desafios.

Dentre estes desafios está a formação de docentes capacitados para abordar de forma coerente as questões étnico-raciais, pois disciplinas a este respeito nem sempre integram os currículos para as graduações em licenciatura:

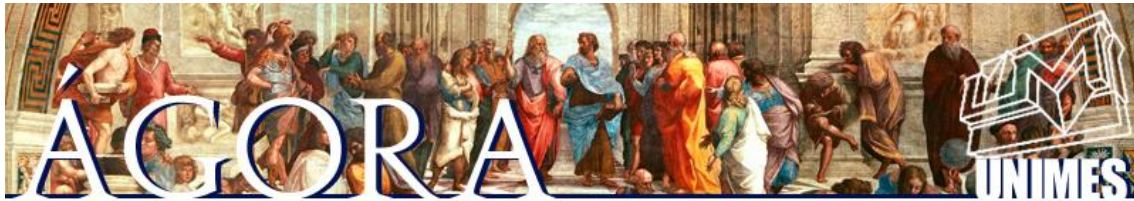
Convém destacar que a grade curricular de alguns cursos, como História e Geografia, graças à especificidade dos conteúdos que a compõem, contempla a discussão sobre alguns aspectos relativos ao continente africano, no entanto, carece de um enfoque aprofundado tanto na dimensão macrosocial quanto das práticas pedagógicas. No caso do currículo dos cursos de Pedagogia e Educação Física, o debate racial não emerge de forma institucionalizada, sendo trazido à baila pela presença de professores, professoras, alunos e alunas negros. (DIAS; SILVA, 2012, p. 8 e 9)

A ausência de cursos de formação continuada e os materiais didáticos são as principais dificuldades apontadas pelos próprios professores para a abordagem da temática:

A principal dificuldade apontada pelos docentes nesse processo é a ausência de aprofundamento na temática como um desdobramento da formação inicial e continuada, bem como de acesso a um material didático atualizado com a dimensão apontada pelas Diretrizes. (TEIXEIRA, 2012, p. 17)

A formação de professores capacitados é fundamental para a inclusão da temática de maneira satisfatória no currículo devido à inexistência de convencimento e de conhecimento sobre a importância da abordagem do tema em sala de aula por parte de muitos docentes.

As práticas dos professores na contemporaneidade exigem dos mesmos grande comprometimento com as transformações sociais, exercício de análise e crítica de suas metodologias para a compreensão da estrutura social na qual se encontram.



Suas habilidades precisam ir além daquelas que obteve em seu curso de graduação, o que evidencia a extrema relevância da formação continuada na aprendizagem de conceitos que serão necessários na intervenção em sala de aula no exercício da função social da escola, pois: “(...) a vontade de mudar a escola, para adaptá-la a contextos sociais mutantes ou para democratizar mais acesso aos saberes, não é compartilhada por todos e, muitas vezes, é frágil, limitando-se a meros discursos.” (PERRENOUD, 2002, p. 191)

No entanto, não é apenas o docente que precisa assumir sua responsabilidade nesse processo, tendo em vista que toda a equipe pedagógica necessita problematizar a inserção da temática no currículo para não permitir a compreensão contraditória de que é suficiente inserir apenas um conteúdo esporádico e descontextualizado ou abordar o tema apenas em data comemorativa do calendário escolar exclusivamente para cumprir a lei.

De maneira geral, as instituições de ensino preocupadas apenas em simplesmente cumprir a lei não planejam suas atividades de forma a transformar a escola, se restringindo a projetos pontuais, frágeis e dissolúveis.

Apesar do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a abordagem da questão étnico-racial, alguns fatores contribuem para que haja grande dificuldade na efetivação de tais políticas principalmente na formação dos professores como: qualificação deficitária; insatisfação com o salário; sobrecarga de aulas e atividades; omissão diante de situações discriminatórias pela sensação de incapacidade para agir e mesmos os próprios preconceitos dos educadores, ressaltando o despreparo dos mesmos para lidar com as diversas situações de violência que surgem na escola.

Cabe ao Estado possibilitar e execução plena da lei nº 10.639/2003 através da oferta de cursos de formação continuada e às demais instituições o reconhecimento da necessidade da abordagem das questões étnico-raciais de maneira plena, aos educadores cabe refletir acerca das palavras de Gonçalves e Silva (1996, p. 175):

Professores, fazemos parte de uma população culturalmente afrobrasileira, e trabalhamos com ela; portanto, apoiar e valorizar o estudante negro não



constitui em mero gesto de bondade, mas preocupação com a nossa própria identidade de brasileiros que têm raiz africana. Se insistirmos em desconhecê-la, se não a assumimos, nos mantemos alienados dentro de nossa própria cultura, tentando ser o que nossos antepassados poderão ter sido, mas nós já não somos. Temos que lutar contra os preconceitos que nos levam a desprezar as raízes negras e também as indígenas da cultura brasileira, pois, ao desprezar qualquer uma delas, desprezamos a nós mesmos. Triste é a situação de um povo, triste é a situação de pessoas que não admitem como são, e tentam ser, imitando o que não são.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença do racismo ainda que de forma velada continua presente na sociedade brasileira, se manifestando também nos mais diversos índices socioeconômicos e da educação evidenciando o grande abismo que afasta grande parte da população negra do acesso à educação e uma boa qualidade de vida.

Algumas políticas públicas foram implementadas com o objetivo de diminuir esta desigualdade de acesso às oportunidades entre negros e não-negros como a obrigatoriedade da inserção de conteúdos que valorem sua cultura no currículo.

São necessários investimentos na formação de professores para a abordagem das questões étnico raciais, sendo tal fato elementar para transformar as relações entre os alunos na escola e em uma escala maior toda a sociedade, interrompendo os processos discriminatórios que são determinantes no desestímulo aos estudos e na evasão escolar de diversos alunos negros.

Pois, a escola assume um importante papel enquanto local onde ocorrem os atos de discriminação e, portanto, também tem importante função no processo de conscientização e orientação dos alunos em seu processo de formação e precisa cumprir o dever de educar para a cidadania e o respeito e valorização dos diferentes grupos e sujeitos.

Nesse contexto, cabe ao Estado possibilitar e execução plena da lei n° 10.639/2003 através da oferta de cursos de formação continuada, às demais instituições o reconhecimento da necessidade da abordagem das questões étnico-raciais de maneira



REVISTA ACADÊMICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS

Vol.2 – Número 2- JUL.2016

plena, aos educadores cabe refletir com os alunos acerca dos processos que desvalorizaram a cultura negra e como esta é importante para a construção da identidade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGHINI, Lunde (org.). *Educação anti-racista: Caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/2003*. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC), 2005.

CAVALLEIRO, Eliane (org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Summus, 2000.

DIAS, Karina de Araújo; SILVA, Vânia Beatriz Monteiro da. Formação continuada de educadores para a diversidade étnico-racial: a rede municipal de ensino de Florianópolis em foco. In: *Anais do IX ANPED Sul: Seminário de pesquisa em educação da Região Sul*: Florianópolis, 2012.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. *Revista Brasileira de Educação*: São Paulo, n.23, p. 75-85, 2003.

GOMES, Nilma Lino; SANTOS, Cynthia Adriadne; SILVA, Natalino Neves da; FERREIRA, Shirley de Jesus. Identidades e Corporeidades Negras: Formação de Professores Voltada para a Diversidade Étnico-Racial. In: *Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária*, Belo Horizonte, 2004.

HENRIQUES, Ricardo; BRANDT, Maria Elisa Almeida; JUNQUEIRA, Rogério Diniz; CHAMUSCA, Adelaide. Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. In: *Caderno SECAD 4 - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade*: Brasília-DF, 2007.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. In: *Cadernos de Saúde Pública*: Rio de Janeiro, n.18, p. 57-65, 2002.

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral. *Gênero, sexualidade e diversidade na escola: a construção de uma cultura democrática*. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia (IP). Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2007.

MUNANGA, Kabengele (Org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: EDUSP/Estação Ciências, 2003.

NOSSA, Paulo Nuno Maia de Sousa. *Abordagem Geográfica da Oferta e Consumo de Cuidados de Saúde*. Tese (Doutorado em Geografia) – Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2005.

PERRENOUD, Philippe. *A Prática Reflexiva no Ofício de Professor: profissionalização e razão pedagógica*. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.



REVISTA ACADÊMICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS

Vol.2 – Número 2- JUL.2016

PIZZANI, Luciana; Silva, Rosemary Cristina da; BELLO, Suzelei Faria; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. In: *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 10, p. 53-66, 2012.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e o combate do racismo institucional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, p. 219-246, nov. 2002.

TEIXEIRA, Cristiane Ramos. Formação continuada de professores para diversidade étnico-racial na rede municipal de Cariacica-ES. In: *Anais do I Congresso Nacional Africanidades e Brasilidades: Ensino, Pesquisa, Crítica*, UFES, Vitória, 2012.

Thiago da Silva Melo

Mestrando em Geografia na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Especialização em Ensino de Geografia pela Universidade Cândido Mendes (UCAM), graduação (licenciatura plena) em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) com mobilidade acadêmica para a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Integrante do grupo de pesquisa Estudos Agrários da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, do Observatório da Questão Agrária no Paraná e do Laboratório de Análises Territoriais Campo-Cidade (LATEC) da Universidade Estadual de Londrina.

Artigo recebido em 27/01/2016

Aceito para publicação em 10/08/2016

Para citar este trabalho:

MELO , Thiago da Silva. A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL EM SALA DE AULA: FORMAÇÃO DOCENTE EM DEBATE. Revista Ágora. Unimes Virtual. Vol.2 – Número 2 – Agosto. 2016. Disponível em:

<http://periodicosunimes.unimesvirtual.com.br/index.php?journal=formacao&page=index>

Acesso em : __/__/__